



PROEJA E AS REPERCUSSÕES SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

Edinolia Lima Portela¹

Resumo

Pesquisa social de natureza avaliativa baseada em informações qualitativas e quantitativas. Estuda o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, desenvolvido pelo Instituto Federal do Maranhão (Ifma/ Campus Maracanã), entre os anos 2015/2017, com o objetivo de avaliar as implicações do programa na vida dos egressos, focalizando a continuação dos seus estudos. Fundamenta-se à luz do pensamento de Minayo (1991), Sposito (2005) e Arendt (2009). Além disso, debruça-se sobre as orientações do documento que baliza o Proeja. Participaram da pesquisa 79 egressos e utilizaram-se, como instrumentais de pesquisa, a entrevista aberta e o questionário. Os resultados revelam que, a despeito das inúmeras variáveis contextuais, o Proeja contribuiu para o prosseguimento dos estudos dos egressos.

Palavras-Chave: Egressos do Proeja. Problemática de jovens e adultos trabalhadores. Resultado de programas educativos. Jovens e adultos e escolarização

PROEJA AND THE REPERCUSSIONS ON THE SCHOOLING OF BENEFICIARIES

Abstract

Social research of an evaluative nature, based on qualitative and quantitative information. It studies the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Youth and Adult Education Mode -Proeja, developed by the Federal Institute of Maranhão (Ifma) - Campus Maracanã, between the years 2015/2017, with the objective of evaluating the implications of the program in the life of the egresses., focusing on the continuation of their studies. It is based on the thought of Minayo (1991); Sposito (2005) and Arendt (2009). In addition, it focuses on the guidelines of the Document that guides Proeja. 79 graduates participated and the open interview and the questionnaire were used as research tools. The results of the research reveal that, in spite of the innumerable contextual variables, Proeja contributed to the continuation of the studies of the graduates.

Keywords: Graduates of Proeja. Issues of young and adult workers. Result of educational programs. Youth and adults and schooling

Artigo recebido em: 18/02/2020 Aprovado em: 13/10/2020
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v24n2p912-930>.

¹ Pedagoga. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta do Departamento de Educação II, Curso de Pedagogia nas áreas de Jovens e Adultos, Formação do Educador e Fundamentos da Educação. Coordenadora do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior –CEMES. E-mail: edinolia@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A maior concentração de jovens e adultos em estado de vulnerabilidade social e econômica e com o menor nível de escolaridade encontra-se nos países latinos. A consequente redução do capital social e cultural destas pessoas tem afetado as formas de convivência em família e em sociedade, uma vez que, como se sabe, em países de sistema capitalista, homens e mulheres sem emprego, ocupação e escola também precisam buscar formas para subsistirem, e nem sempre essa dinâmica concorda com o pensamento dominante, a legalidade e os valores defendidos pelo *status quo*. Muitos jovens e adultos acabam percorrendo o caminho da marginalidade.

Esses dados motivaram, na primeira década dos anos de 2000, ações públicas desenvolvidas por órgãos como a ONU (2001a; 2001b), a Unesco (2004), a CEPAL (2004), a OIT (2004) e governos dos países afetados, com objetivo de minimizar a situação alarmante.

Aliadas a essa problemática, as mudanças nas esferas econômica, política e ideológica que ocorreram na década de 1990, no Brasil, impactaram as políticas sociais, impondo-lhes transformações significativas. Emergem, desta forma, novos processos de produção e de organização do trabalho que refletem na qualificação do trabalhador, exigindo-lhe maior escolaridade, habilidades e competências para atender a dinâmica da produção.

Assim sendo, demandam-se programas educativos que entendam que os conhecimentos gerais trabalhados no ensino formal se constituíam em condição essencial para aquisição de diversas qualificações, fomentando possibilidades de inserção e reinserção do trabalhador no mundo do trabalho. Dentre esses programas está o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

É certo que, ao se tratar de educação e trabalho, principalmente quando se refere à EJA, o desafio não se restringe somente à dimensão pedagógica. Aliados a esta, acompanham outros aspectos mais complexos: de ordem econômica e política, que também são determinantes na definição e na organização da relação educação e trabalho para jovens e adultos que não completaram os estudos na idade considerada adequada.

Os programas destinados a jovens e adultos voltados para recuperar a escolaridade associada à formação profissional se inserem nesse contexto. São movidos por caráter compensatório, aligeirado, focado em demandas exigidas pelo mercado. Cabe pontuar que é um contexto também afetado por contradições, por isso se faz necessário investigar, sob a perspectiva de capturar o seu movimento real e identificar o que é produzido, a partir dessa dinâmica.

Os fatores que despertaram a necessidade de desenvolver esse estudo foram os seguintes: em primeiro lugar, os elevados índices de jovens e adultos em estado de vulnerabilidade na capital maranhense, pessoas sem emprego, com baixo índice de estudo, atingidos por situações de contravenção, gravidez precoce e violência; em segundo lugar, a compreensão de que as políticas e os programas de educação de jovens e adultos raramente consideram as implicações e os resultados na vida dos participantes.

Destacamos que este artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida por integrantes do grupo de pesquisa Escola, Currículo, Formação e Trabalho Docente, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão – PPGE/ UFMA. Foi realizada entre os anos de 2015 e 2017 e financiada pelo Pibic-CNPq, tendo como campo empírico o Campus São Luís/Maracanã do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). A proposta do estudo foi investigar o Proeja/ Ensino Médio desenvolvido entre os anos de 2011 a 2015, com o objetivo de avaliar as implicações do programa na vida dos egressos, focando o prosseguimento dos estudos.

Para elaboração desse estudo temos como fundamento os pensadores Minayo (1991); Sposito (2005); Arendt (2009), além do Documento Base que orienta o Proeja (2007) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), para citar alguns. Como instrumental de pesquisa foram utilizadas as seguintes ferramentas: entrevista aberta¹ e questionário, aplicados com 79 egressos.

2 CAMINHANDO PARA CONSTRUÇÃO DO TRABALHO

O primeiro passo da pesquisa foi a busca de referências que pudessem nos situar sobre a temática escolhida por meio da pesquisa bibliográfica e documental; a primeira, segundo Severino (2007), tem como fonte primordial os registros impressos decorrentes de pesquisas anteriores, ou seja, livros, artigos, dissertações, teses, que contém textos analiticamente processados pelos seus autores.

Essa fonte é amplamente utilizada nos estudos exploratórios devido a sua facilidade para obtenção de informações iniciais sem necessidade de ir a campo. Tais estudos funcionaram como campo analítico, capaz de articular na crítica as reflexões teóricas e se fez presente durante o processo de construção da pesquisa.

O segundo recurso, a pesquisa documental, focalizou o Documento Base que orienta o Proeja (2007), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de n. 9394/96 e o Decreto de Lei nº5.458/2006, que legisla o Proeja, e os documentos existentes nas instituições onde o programa se

desenvolve, como: ficha de matrícula e conclusão do curso, regimento, calendário, entre outros. Tratam-se, portanto, de elementos de natureza diversa com possibilidades de exame e interpretações novas e/ou complementares, pertinentes e vantajosas para o estudo que propomos, além de proporcionar subsídios e robustez para se ampliar a compreensão acerca do tema e para se realizar a pesquisa de campo.

O modelo da pesquisa de campo possui várias tipologias, entretanto para nossa investigação adotamos a tipologia “Quantitativo-Descritiva”, mais utilizada nos estudos de avaliação de programa. Ademais, lançamos mão da avaliação que se enquadra na abordagem compreensivista, que é tratada como um evento dinâmico, em constante movimento de interação com o objeto (programa a ser avaliado), com o contexto em que o objeto se desenvolveu e, em particular, com os sujeitos beneficiados pelo programa (MINAYO *apud* GONDIM, 2012).

Desta forma, a avaliação se insere nesse trabalho também como uma estratégia metodológica. Para imprimir rigor ao estudo e extrair resultados fiéis de maneira eficiente, optamos pela combinação da entrevista e do questionário, com o objetivo de estimar os efeitos de outras políticas que costumam superestimar os dados obtidos nos grupos avaliados. (ARRETCHE, 2011).

O uso do questionário se justifica pela necessidade premente de estabelecer o perfil dos sujeitos em pesquisa dessa natureza; e a entrevista se explica porque o foco dessa pesquisa se dirigiu para a exposição e a análise das falas colhidas, para que, a partir destas, fossem feitas as inferências, na perspectiva de caminharmos pelas análises de Minayo (1991), já que essa autora defende a importância da visão dos sujeitos beneficiados acerca das políticas e dos programas sociais para fins avaliativos:

O respeito ao ponto de vista da população-alvo se dá, portanto, não como estratégia de dominação, mas para modificar os pontos de estrangulamento dos serviços a que ela tem direito e que deve reivindicar. É sobre esse objetivo que se define o conceito de política social: ela não é vista apenas como uma ação de estado em direção à população, mas como um direito para o qual ela deve opinar em termos de efetividade e qualidade (MINAYO, 2005, p. 236).

Na esteira desse pensamento, por considerar a avaliação como um fenômeno em movimento que interage com os sujeitos e o contexto (MINAYO, 2005), e ainda atentos à defesa de que a associação das propostas teóricas de avaliação com a antropologia pode produzir estudos promissores, embora não excluídos de contradição, procedemos levantamento de dados junto ao *campus* Ilma São Luís/Maracanã, tendo em vista que dentre os três *campi* existentes em São Luís este foi o que ofertou cursos no período do recorte desse estudo² e que não houve impedimentos para que os alunos concluíssem os cursos ofertados pelo programa.

A entrevista sistematizada foi composta por duas questões, a saber:

1. Expectativa ao se matricular no Proeja;
2. As inferências do Proeja na continuação dos estudos.

Reiteiramos que a escolha da avaliação na perspectiva compreensivista se deu pela necessidade de extrair resultados do programa de maneira eficiente em contato direto com os sujeitos. Entendemos que, para se avaliar um programa, é preciso ouvir os sujeitos que dele se beneficiaram. Ao eleger o objetivo da pesquisa, vislumbramos que políticas dessa natureza precisam proporcionar mudanças positivas na vida dos seus beneficiários, fato que aponta a relevância humana desse estudo.

Inicialmente, o contato com os egressos foi realizado via telefone e endereço eletrônico - estas tentativas iniciais abrangeram cerca de 154 sujeitos - concluintes do programa entre os anos de 2011 a 2015. No entanto, a aplicação do instrumental de pesquisa atingiu 79 egressos – esse procedimento foi realizado nos espaços do campo empírico.

O *Campus* São Luís Maracanã situa-se na zona rural do município de São Luís, com uma área total de 217 hectares, possuindo ambientes pedagógicos, tais como salas de aulas e Unidades Educacionais de Produção (UEP's), nas quais são realizadas aulas teóricas e práticas; laboratórios; biblioteca; telecentros; alojamentos; refeitório; cooperativa; além de ambientes administrativos e de lazer.

Os cursos ofertados estão amparados pelo Decreto 5.154/04 que prevê no seu Art. 1º que a educação profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I – qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II – educação profissional técnica de nível médio; e
- III – educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004).

Além do mencionado, o *Campus* São Luís/Maracanã possui um corpo docente formado por 93 professores bem qualificados para a realidade maranhense, tendo em vista que 30% são doutores e 47% são mestres.

O Proeja iniciou-se no referido campus desde 2008, com o curso de Técnico em Cozinha e, no ano seguinte, passou a oferecer também o Curso de Técnico em Agropecuária – os dois cursos que contemplam o período dessa pesquisa.

3 PROEJA E OS EGRESSOS LUDOVICENSES

A Lei 11.741/ 2008 inclui um 3º parágrafo no artigo 37 da LDB nº 9.394/96 que propõe a integração entre escolarização e educação profissional, orientando, dessa forma, que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) “[...] deverá articular-se preferencialmente, com a educação profissional [...]” (BRASIL, 1996).

Por efeito, ao integrar a escolarização regular com a educação profissional, a citada lei possibilita às pessoas que frequentam a EJA certa acessibilidade ao mundo do trabalho. Assim, é impressa à EJA uma especial importância, uma vez que os organismos internacionais e multilaterais como a UNESCO, o FMI e o Banco Mundial sinalizaram que a manutenção do sistema capitalista necessitava de mais consumidores. Para haver consumo era necessário emprego, ou seja, um contingente de analfabetos desempregados não era interessante para a manutenção do mercado econômico, já que, pela lógica mercadológica, necessitava-se de pessoas com o mínimo de formação escolar.

Vista como um setor importante, a educação proporcionaria crescimento econômico e, consequente desenvolvimento técnico-científico, o que geraria desenvolvimento social. Nessa lógica, os modelos educativos brasileiros foram se desenvolvendo, chegando, inclusive, a incorporar o modelo gerencialista, que exigia um currículo com ênfase no mercado de trabalho. Um currículo que faz parte de um “ideário de progresso e de cientificidade que cultua o conhecimento e a ciência como propulsores do progresso e das sociedades e da ascensão dos indivíduos” (ARROYO, 2016, p. 47).

Esse ideário de progresso foi o ponto de partida para a separação entre ensino médio e ensino profissionalizante, visto que a urgência de posicionar os estudantes no mercado de trabalho e garantir o mínimo de escolarização àqueles que não concluíram os estudos no tempo considerado certo são ações que se chocam com os objetivos e a funcionalidade do ensino regular, cuja metodologia de ensino e conteúdo são diferenciados, além da jornada de aprendizagem e método de avaliação que, muitas vezes, não consideram os diferentes perfis de alunos e objetivos profissionais distintos.

Na perspectiva de se criar um modelo educativo que favorecesse o público da EJA, e caminhasse na contramão do pensamento hegemônico, foram criados, pelo Governo Federal, programas tais como o Programa de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, com o objetivo de incluir jovens e adultos ao sistema educacional, ao mesmo tempo em que oferece profissionalização. Instituído, em 2005, no âmbito federal por meio do Decreto nº 5.458, de 24 de junho de 2005 e

substituído no ano seguinte pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, o referido programa surgiu num contexto de novas diretrizes e ampliou a oferta de cursos para o público do ensino fundamental e médio, com o objetivo de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania (BRASIL, 2007).

Com a pretensão de, não somente preparar os jovens para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, com a finalidade de proporcionar formação humana, em seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade (BRASIL, 2007, p.13), o programa tem como fundamento a integração entre ciência, tecnologia e mundo do trabalho. Visa também à formação inicial e continuada de trabalhadores brasileiros. Intenta resgatar o processo de escolarização dos jovens que estão às margens da sociedade, a fim de que eles possam conquistar um trabalho digno e superar a desfavorável situação socioeconômica em que se encontram (SAVIANI, 2010). Para tanto, a proposta de currículo recomenda a superação da educação técnica voltada somente para o mercado de trabalho, lançando mão do conceito de trabalho como princípio educativo e a educação na perspectiva omnilateral.

O Proeja está inserido em uma totalidade historicamente determinada para esta nova fase de organização do mundo do trabalho e da formação e responde às novas exigências de reconfiguração do capitalismo que delineia a economia global e as políticas neoliberais como instrumento ideológico que as fundamentam.

Assumindo essa compreensão e considerando o lugar e o período de tempo que a pesquisa abrangeu (2011 a 2015), constatamos que, neste período, o Campus pesquisado ofertou à comunidade os cursos Técnico em Agropecuária e Técnico em Cozinha, registrando como concludentes 154 sujeitos. O primeiro com 98 discentes e o segundo com 56. Registramos, ainda que, no curso de Agropecuária, 91 alunos são do sexo masculino. Já no curso de Cozinha, 52 são do sexo feminino. Todos os entrevistados estão acima dos 20 anos de idade, em maioria afrodescendentes, trabalhadores temporais e informais que fazem parte dos estratos sociais mais baixos.

Os sujeitos pesquisados constituem uma amostra da juventude da classe trabalhadora que, atualmente, reside em São Luís, capital do Estado do Maranhão. Portanto, tem-se uma amostragem de jovens que compartilham da cultura, das formas de agir, de ser, de pensar e de sentir da juventude brasileira e latina, as quais se interrelacionam, mas guardam em si características particulares e específicas: regionais e locais.

A pesquisa contou com a participação de 79 egressos, que relataram o mesmo motivo para o ingresso no Proeja: a expectativa de fazerem um curso profissionalizante que lhes

possibilitassem qualificação para adentrarem no mercado de trabalho e terem melhoria na renda, como podemos perceber na fala de dois dos egressos entrevistados:

Para termos um trabalho que nos dê uma boa renda precisamos de estudo, vi no Proeja uma oportunidade para fazer um curso que me possibilitasse qualificação, porque sem trabalho não podemos sobreviver, falta alguma coisa” (Egressa do Curso Técnico em Cozinha).

Sou do interior sempre gostei de lidar com bichos, mas, trabalhava como pedreiro, faxineiro, limpando aqui e ali... trabalho em qualquer coisa, pois sem trabalho o homem não vive... Quando surgiu o Proeja e o curso Técnico em Agropecuária, senti que poderia aprender mais para ajudar minha família no negócio que ela tem no interior e daí crescer com o meu próprio (Egresso do Curso Técnico em Agropecuária).

As palavras dos egressos acima sintetizam os discursos dos seus pares, bem como, o pensamento e o imaginário de inúmeros jovens e adultos que vivenciam ou vivenciaram situações de desemprego, para os quais a experiência da falta de trabalho se revela como uma incompletude, pois carregam em si uma espécie de desigualdade, uma (des)cidadania, uma ausência de “condição humana” (ARENDT, 2009). Essa tese, demonstrada de forma elementar e artesanal nos discursos dos sujeitos, se traduz com forte congruência nos dias atuais, por autores renomados como Kuenzer (2013); Frigotto (2005); Savianni (2010), para citar apenas alguns. Além disso, corrobora com a visão de organismos³ como a ONU (2001a; 2001b), a Unesco (2004); a OIT (2004) a Cepal (2004), que estudam a questão do trabalho e da educação e defendem o trabalho como um dos insumos mais categóricos com os quais contam os indivíduos pertencentes às classes médias e baixas na atualidade.

Por efeito, esses dois egressos, e mais 77 participantes da entrevista realizada durante a pesquisa, buscaram no Proeja um curso que lhes dessem qualificação para se posicionarem no mercado de trabalho de forma que percebessem rendimentos coerentes com suas necessidades e pudessem ter respeitabilidade desenvolvendo um trabalho digno.

Ainda que pese a grande dificuldade de se delinear uma política pública de geração de emprego para a grande demanda juvenil e adulta da atualidade, percebemos que o Proeja, como um programa que, pelo seu formato, tenta contemplar a qualificação profissional juntamente com a educação básica (Ensino Médio), se constitui também como uma opção para minimizar a questão do desemprego dos jovens e adultos da classe trabalhadora, mesmo que não seja um programa de geração de renda.

É perceptível que o desemprego tem assumido grandes proporções nos últimos anos e esse fator é historicamente revelado pelas pesquisas, o que remete à evocação dos dados da OIT a respeito da forte elevação do desemprego nas faixas etárias de 15 a 30 anos durante os últimos dez

anos antecedentes a 2003, sendo que, naquele ano, o desemprego atingiu cerca de 88 milhões de pessoas (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004).

Sequencialmente, em 2007, foi registrado que cerca de 180 milhões de pessoas no mundo estavam em situação de desemprego, das quais mais de 1/3 tinham menos de 30 anos, o que significa que 1/3 da mão de obra do mundo estava desempregada ou subempregada. Essa situação trouxe como consequência o avanço da economia informal e o aumento do número de trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

O relatório⁴ da OIT anuncia que, na última década, enquanto a produtividade aumentou 26 pontos percentuais, o número de empregos no mundo aumentou somente 16,6%, o que corroborou para afetar diretamente 86,3 milhões de pessoas na faixa de idade entre 15 a 30 anos, significando 44% de todos os desempregados do mundo inteiro no ano de 2011.

A partir de então, a temática da qualificação profissional tem ocupado com mais consistência a centralidade dos discursos oficiais. Por efeito desse fenômeno, programas como o Proeja surgem como medidas que visam entre outras coisas, proporcionar aos jovens e adultos trabalhadores a inserção no mercado de trabalho e, assim, minimizar os índices de desemprego que atacam esses segmentos. Notamos que as falas dos egressos traduzem, em nível local, essa problemática internacional e nacional.

4 EGRESSOS E A CONTINUAÇÃO DOS ESTUDOS

No que concerne às respostas dos entrevistados, dos 79 egressos, 29 afirmaram que o Proeja muito contribuiu para continuarem os estudos. Dos 29 egressos que continuaram os estudos, 27 prosseguiram no mesmo *campus* onde cursaram o programa (*Campus* São Luís/ Maracanã), nos cursos de graduação Licenciatura em Ciências Agrárias e Tecnologia de Alimentos. Os outros dois egressos continuaram os estudos na Universidade Estadual do Maranhão (Uema), nos cursos de Licenciatura em Geografia e Pedagogia, respectivamente.

Esses jovens, em maioria, são oriundos do interior do Estado e vieram para capital em busca de melhores condições socioeconômicas. Moravam/moram em quartos alugados nos arredores do *campus* ou em alojamentos oferecidos pela instituição para alunos que não possuem residência em São Luís. Alguns prestavam serviços para o IFMA e outros desenvolviam ocupações nas imediações. Desta forma, participavam, com frequência, da vida da instituição, o que facilitou suas entradas nos cursos superiores.

As falas de três egressos podem confirmar esta proposição.

Sempre tive vontade de fazer um curso superior, mas, achava impossível. Depois que cursei o Proeja e tive a oportunidade de estar por aqui junto do Ifma, senti que podia ficar por aqui mesmo e fazer o meu curso (Egresso/ graduando em Ciências Agrárias).

Fazer um curso superior para mim era um sonho, mas, graças a Deus pude entrar em um, tenho certeza que essa minha proximidade com o instituto me possibilitou essa vitória (Egressa/ graduanda em Tecnologia de Alimentos).

Estudar sempre foi o meu objetivo, porque sei que pobre pra crescer tem que ter estudo. Quando vi a oportunidade que o Proeja me ofereceu, agarrei logo. Hoje curso Geografia na Uema⁵, fiquei por aqui mesmo que é mais perto de minha casa. Digo mesmo, se não fosse o Proeja eu jamais estaria na Universidade (Egressa/ graduanda de Licenciatura em Geografia na Uema).

A continuação dos estudos se constitui, para esses jovens e adultos, um equilíbrio difícil, devido às condições desfavoráveis que são enfrentadas para manter a identidade de alunos. Por terem a centralidade de suas vidas na sobrevivência, esses jovens acabaram precisando arcar com diversos ônus objetivos e subjetivos e, em muitos casos, muito altos, o que confirma que jovens e adultos pobres que buscam prosseguir os estudos encontram muitas dificuldades e “[...] para permanecer na escola são feitos grandes sacrifícios, pois ser estudante não é um ofício que possa ser exercido sem ônus” (ZAGO, 2000, p. 39). Esse custo é multiplicado quando precisam superar repetidas situações de constrangimento devido ao não reconhecimento e, por vezes, ao preconceito demonstrado no ambiente escolar, mesmo nas universidades e em outros espaços, ocasionado pelo fato de terem feito os seus estudos básicos em programas governamentais.

Apesar de tudo isso, os jovens aspiram prosseguir nos estudos e, dentre as justificativas que deram para seguir com essa intenção, observamos um marcante valor à educação formal e, em especial, à universidade, atrelado ao plano da subjetividade, tal como o citado “reconhecimento social”. Importância maior foi dispensada aos aspectos objetivos, como a obtenção dos certificados, as futuras vantagens econômicas e a ascensão social por meio do trabalho, o que no entendimento de Sposito (2002), seriam “motivações expressivas” e “motivações instrumentais”, respectivamente.

Portanto, no caso particular desses jovens e adultos, as duas motivações estão vinculadas, já que se detectou em suas respostas uma ampla relação entre trabalho e posição social como fatores que cooperam para se sentirem subjetivamente bem. A proposição de um egresso traduz o pensamento dos pesquisados e confirma essa afirmação:

Sei que para ser alguém na vida, ter uma boa colocação de trabalho e respeito das pessoas preciso estudar... esse é o caminho. O mundo é violento as pessoas discriminam pobre, quem luta para sobreviver, até mesmo em cursos superiores eles fazem diferença a quem

estuda em cursos como o Proeja. Mas, mesmo com toda essa luta, sei que preciso estudar (Egressa/ Graduanda de Pedagogia).

Esses jovens, assim como a maior parcela da sociedade, depositam na escola uma grande responsabilidade. Entendemos que essa confiança se sustenta na tese de que “A moderna condição juvenil na sociedade ocidental sempre foi caracterizada pela manutenção de relações importantes, embora diversas, entre duas agências de reprodução social: a família e a escola” (SPOSITO, 2005, p. 89).

A escola é elemento importante para assegurar a reprodução cultural e social dos variados grupos e classes. Conforme tal afirmação, as representações dominantes, não somente sobre a juventude, mas também sobre as demais etapas da vida escolar, integram a escola como um dos seus espaços formativos. Além disso, é um espaço que possibilita a intensificação e a promoção de interações entre grupos, proporcionando a ampliação das experiências de jovens e adultos, o que “culminaria com sua inserção no mundo do trabalho” (SPOSITO, 2005, p. 90).

Assim sendo, o elemento chave observado nas respostas dos jovens foi a visão da escola como a instituição que possibilita um passaporte para a ascensão social, garantia de futuro que pode contribuir para melhorar a vida desses sujeitos, especialmente a econômica.

Outro ponto de vista considerado um fator importante para entender a concepção de escola na perspectiva dos jovens é o da função de ajuste social inerente a essa instituição. De fato, predomina no imaginário social que dentre os pilares considerados essenciais para a vida social – “Família, Igreja e Escola”, talvez a última seja a que, simbólica e objetivamente, concentre maior responsabilidade para com a sociedade, apesar da crise⁶ por que passa a escola pública na contemporaneidade.

A escola guarda ainda o mito da redenção e que proporciona a todos a integração social. O traço marcante no discurso dos jovens entrevistados é a busca da integração ao mercado de trabalho por essa via. Esta compreensão pode ser justificada também pelo fato dessa demanda ser constituída por jovens e adultos marcados pelo desemprego, pelo fracasso ou pela evasão do sistema escolar por questões socioeconômicas e políticas. Tal situação, pelos expressivos números revelados nas pesquisas⁷, caracteriza uma exclusão sociocultural ampliada.

Além da supervalorização da cultura letrada, é perceptível que os jovens entrevistados carregam em si sentimentos contraditórios que envolvem a perspectiva de vida futura. Também contribuem para esse entendimento as pressões vindas da sociedade e do mundo do trabalho – a primeira, porque afere as pessoas pelo nível socioeconômico e cultural, e o segundo, por suas funções flexíveis e substituíveis em intervalos cada vez mais curtos.

Outra suposição que foi levantada para justificar essa importância dispensada à educação formal por parte dos sujeitos em questão é a lógica predominante de que quem estuda tem mais respeito social, porque tem o domínio dos códigos do mundo dos instruídos.

Portanto, quem detém o bem do conhecimento letrado pode transitar por esse universo social de forma livre, podendo ter mais oportunidades de acesso ao trabalho, às informações, à ampliação das redes de relações, e goza, por isso, de certa respeitabilidade. Aliado a essa premissa, no decorrer da pesquisa, notamos também um traço marcante: o valor econômico atribuído à educação.

Estudos ligados a essa questão dão conta de que a importância econômica da educação se intensificou a partir da década de 1960, com a teoria do “capital humano”. Esta, fundamentada na Teoria Econômica Neoclássica, faz a vinculação direta entre educação e emprego, reduzindo essa relação a uma questão de custo-benefício. Nessa perspectiva, a teoria do capital humano postula a educação como fator decisivo para o desenvolvimento econômico, visto que, fazer investimentos na formação é ter a possibilidade de reembolsos futuros, tanto da parte do indivíduo, como do Estado.

Reiterada pelos críticos, essa teoria terminou por fazer uma estreita relação entre educação e o sistema capitalista, no sentido de a primeira aprofundar essa conexão, não somente no plano ideológico, mas também no plano econômico, por causa da importância do seu papel na preparação da mão de obra. Compreendemos, então, nessa perspectiva, a restrita função instrumental dessa teoria, no que se refere ao desenvolvimento econômico.

Nos anos 1990, devido à relação observada entre a grande acumulação de riquezas e o crescimento dos bolsões de pobreza, a teoria em questão passou a ser revitalizada como estratégia para propiciar condições materiais de produção dentro do padrão tecnológico exigido pela conjuntura do período, também com o objetivo de conter as disparidades sociais. Nesse contexto, a educação passou a ser componente imperativo na formação e no preparo da força de trabalho, como também para a integração social, com o requisito principal de desenvolver nos indivíduos as capacidades, as competências e as habilidades para se adaptarem às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, na perspectiva de continuarem sempre aprendendo.

Entendemos que a educação proporciona instrução, embora em muitos casos, insuficiente, a inúmeras pessoas que estão fora do emprego formal regulamentado, contemplando as necessidades de tais pessoas, no sentido de lhes prover conteúdos que lhes oportunizem desenvolver ocupações alternativas na esfera informal ou no trabalho autônomo. Não obstante, desenvolve a

importante missão de minimizar a marginalidade da classe economicamente desprovida, contribuindo assim para a sua integração ou reintegração social.

Ainda que os entrevistados, ao valorizarem a educação escolar, não manifestem essa compreensão – isso por estarem focados nas questões de sobrevivência e despreparados para realizar análises mais profundas – eles acalentam sonhos de que a educação formal venha a lhes possibilitar preparo suficiente para atuar na vida social com perspectivas de estabilidade econômica. Além disso, esperam adquirir instrução suficiente para entender e interferir em seu entorno.

Por fim, conforme é propagado na concepção liberal, tais sujeitos esperam que a educação contribua para o desenvolvimento livre da sua personalidade e que, por meio da continuação dos estudos, ao cursarem uma universidade, também possam gozar dos bens culturais na condição de cidadãos. O fato é que, na concepção liberal ou transformadora, a esperança dos egressos é de exercerem a sua cidadania⁸, transitarem pelo mundo, sentindo-se livres e sem restrições, e para que isso ocorra, depositam na escola as mais variadas expectativas.

Todavia, o que se assistiu nas duas últimas décadas foi a substituição do argumento da escola como condição para cidadania participativa, princípio ético orientador da luta do movimento social organizado na década de 1980, pela lógica da instrução escolar como alicerçadora das urgentes necessidades materiais.

A essa proposição estão vinculadas inúmeras propostas que defenderam e defendem a universalização da Educação Básica no Brasil. Como consequência dessa mudança de mentalidade, as pessoas com baixa escolaridade em idade de exercerem o trabalho foram impulsionadas a buscar na escola o salvo-conduto para a sua entrada no mercado produtivo.

Deste modo, à medida que aumenta o desemprego, desenvolve-se mais e mais a busca pela educação. Contudo, o certificado de escolarização ganha um significado particular de passe para adentrar na arena do labor, talvez residindo neste elemento a justificativa de que nos últimos anos tantas pessoas com idade superior à considerada regular para entrar na escola tenham corrido em um movimento de retorno ao sistema público de ensino ou em busca de outros programas que oferecessem a possibilidade de prosseguir com a escolaridade.

Inferimos que o referido contexto seja o que moveu os sujeitos egressos dessa pesquisa em direção à universidade, além dos outros agentes que somam para o desejo desses jovens de continuarem com os estudos. Salientamos que o Proeja advoga como uma de suas finalidades

[...] a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se

no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa (BRASIL, 2007).

Para além das questões de acesso ao universo de saberes e conhecimentos adquiridos no Proeja, os jovens entrevistados demonstraram o anseio de chegar à universidade em tempo, ou seja, com idade que corresponda à fase da juventude:

O Proeja me ajudou para querer estudar [...] para mim que sou pobre e com quase 30 anos, foi a oportunidade que tive para concluir logo o médio e fazer uma graduação” (Egressa, graduanda em Ciências Agrárias).

[...] Tive muita dificuldade para acompanhar as matérias do Proeja. Às vezes sentia vergonha por ser o mais velho da turma e não entender as aulas, mas venci com apoio dos professores. Hoje curso uma graduação tenho certeza que vou melhorar de vida (Egresso graduando de Licenciatura em Tecnologia de Alimentos).

A aspiração notada nas falas dos entrevistados, em parte, é decorrente do sentimento de atraso que carregam em si, em virtude da escolarização interrompida e tardia, vivenciada tanto por eles, quanto por outros jovens pertencentes às classes mais baixas. Essa pretensão traduz o anseio de inúmeros jovens e adultos que vivem na fronteira da inferioridade social e econômica, não somente no Maranhão, mas no Brasil, na América Latina e em outros países com traços semelhantes ao do território brasileiro, em especial países em desenvolvimento. Não obstante, estas pessoas residem não somente nas cidades, mas, também na zona rural.

Além do mencionado, outro motivo que os incentivou a prosseguirem com os estudos foi o próprio processo de desenvolvimento do programa, pois alguns afirmaram que por meio do contato com os professores e o desenvolvimento das atividades, perceberam melhor a relação entre escolaridade, trabalho e renda. Esta situação, portanto, pode ser compreendida a partir de Márcio Pochmann (2004), ao explanar que as pessoas com o nível de escolaridade elevado têm uma renda superior, se comparadas com as que se encontram nos estratos educacionais inferiores.

Ainda no quadro dos 79 sujeitos pesquisados, 17 egressos responderam que a escolarização do Proeja facilitou seus acessos ao mercado de trabalho. Afora esses, 33 responderam que, após os estudos no programa, se sentem mais capazes, com perspectivas de melhoria de vida, confiantes para “entrar e sair dos lugares e falar com as pessoas sem se sentirem inferiorizados”.

5 PARA CONCLUIR

A política social e os seus programas existem para produzir mudanças positivas na vida das pessoas. No caso dos beneficiários do Proeja, essas transformações começam pela confirmação da cidadania dos jovens e adultos, pela via da escola, do trabalho e da formação omnilateral.

Ao se propor a investigação do Proeja, as intenções se direcionaram para avaliar as implicações do processo de escolarização na vida dos egressos, focando na continuação dos estudos. Contudo, a pesquisa proporcionou outros dados que possibilitaram concluir que, embora com os equívocos⁹ inerentes aos programas educativos, o Proeja contribuiu para que os egressos continuassem os estudos, adentrassem no mercado de trabalho, adquirissem confiança em si mesmos, o que lhes possibilitou enfrentarem situações e requererem os seus direitos de cidadãos. O Proeja, em sua concepção teórica, reafirma a condição de cidadania dos jovens e adultos e ressalta que a perspectiva de educação abordada pelo programa é, portanto,

[...] de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele. Por esse entendimento, não se pode subsumir a cidadania à inclusão no 'mercado de trabalho', mas assumir a formação do cidadão que produz, pelo trabalho, a si e o mundo" (BRASIL, 2007).

Uma das oportunidades que o programa oferece para contribuir para a formação humana dos seus estudantes é a possibilidade de continuar com os estudos, adentrar numa universidade, lugar em que se espera que as discussões em torno da formação humana se deem de forma aprofundada e o debate da formação omnilateral seja mais profícuo, espaço onde se produz conhecimento, ciência e cultura, portanto, onde esses sujeitos terão a possibilidade de se descobrirem cidadãos. Ser cidadão, em primeiro lugar, está diretamente ligado ao princípio do "direito a ter o direito" (ARENDT, 2009), assentado e alienavelmente adquirido por meio da própria condição de ser humano.

Entretanto, ao relacionar as concepções teórica e filosófica com a objetiva realidade das sociedades capitalistas, como esta em que se vive, e considerando ainda a concepção de cidadania inaugurada no século XX – a qual se tornou necessária a partir dos descompassos surgidos no seio do próprio contexto social –, observamos que a condição humana se vincula diretamente a situações dignas de sobrevivência, o que significa ter direito de acesso ao bem-estar econômico e de usufruir dos bens produzidos socialmente, dos padrões de desenvolvimento e da herança social e cultural da sociedade.

Portanto, é preciso que o indivíduo esteja minimamente situado acima da linha da pobreza e que tenha direito ao trabalho digno, com salários compatíveis, direito à escola de qualidade, e ao sistema de bem-estar.

Em linhas gerais, à medida que o Proeja promove o acesso dos egressos à universidade, também lhes dá acesso a bens sociais e culturais, e, indubitavelmente, proporciona oportunidades de inserção social, ainda que não plenamente satisfatórias, porque a despeito do avanço em prosseguirem os estudos e cursarem o ensino superior, a maioria dos egressos não está em postos de trabalho que correspondem ao trabalho digno, não usufruem, portanto, da cidadania em sua plenitude. Porém, excetuado esse aspecto, podemos confirmar o prosseguimento dos estudos como o diferencial mais significativo produzido pelo Proeja na vida dos egressos do campus São Luís /Maracanã, congregando neste um dos expressivos pilares que asseguram a cidadania.

Os resultados apresentados por esta pesquisa são provisórios e sujeitos a novas análises e contribuições, visto que, na área da pesquisa de cunho social, o conhecimento sempre pode ser ampliado.

REFERENCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ARRETCHE, Marta T. S. Uma Contribuição para fazermos avaliação menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília. R. N.; CARVALHO, Maria do Carmo B. (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2011. p. 115-142.

ARROYO, Miguel. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e responsabilidade publica. In SOARES, L. *et al.* **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. (org.) 4. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação.MEC. **PROEJA-** Programa Nacional de Integração da Educação Profissional coma Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos-Documento Base. Ministério da Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: agosto/2007.

_____. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

_____. Congresso Nacional. **Decreto 5.154**. Regulamenta o 2º parágrafo do art. 36 e os arts.39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providencias. 23 de julho de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 7 dez. 2018.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.741** de 16 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/-ato2007-2010/2008/lei/111741.htm>. Acesso em: 12 dez.2017.

_____. Congresso Nacional. **Decreto nº 5840**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológicas, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos- PROEJA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato_2004-2006/Decreto/D_5840.htm.2006. Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. Congresso Nacional. **Decreto nº 5458**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológicas, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos- PROEJA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato_2004-2006/Decreto/D_5458.htm.2005. Acesso em: 15 dez. 2018.

CEPAL. Panorama Social de América Latina 2003-2004. **Publicación de las Naciones Unidas**, Santiago de Chile, nov. 2004. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/20386/P20386.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl>. Acesso em: 23 set. 2018.

FRIGOTTO, G. Concepção e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G. *et al.* (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradição**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 57-82.

GONDIM, Edinólia.P. Juventude e Cidadania: na trilha da avaliação do Projovem. **Tese de Doutorado**, UFBA, 2012.

IBGE. **Censo demográfico 2003**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Disponível em: <http://ibge.gov.br> . Acesso em: 22 set. 2018.

IBGE. **Censo demográfico 2007**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2018.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2018.

ILLICH, Ivan. **Sociedades sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

KUENZER, A. **As propostas de decreto para regulamentação do ensino médio e da educação profissional**: uma análise crítica. Curitiba, 2013. (mimeo).

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de S. Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais. **Rev. Saúde públ.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 233-238, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Assembleia geral**. 12 julho. 2001a. Disponível em: <http://www.publicacoeshumanas.org/download/onu.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Youth Empowerment Strategy**. Dakar. 2001b. Disponível em: <http://www.publicacoeshumanas.org/download/onu>. Acesso em: 2 dez. 2018.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho Decente nas Américas**. Brasília, DF, 2004. POCHMANN, Márcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acessado em: 14 dez. 2018.

SAVIANI, D. A educação no centro do desenvolvimento econômico. In: BARROSO, A.; RENILDO, S. (orgs.). **Desenvolvimento: ideias para um projeto nacional**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2010, p. 247-264.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo Cortez, 2007.

SPOSITO, Marília P. **Estado do conhecimento juventude**. Brasília, DF: INEP, 2002.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília, DF, 2004.

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (orgs.). **Família e escola: trajetórias de escolarização em Camadas médias populares**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 26-41.

Notas

¹ A pesquisa foi realizada com a ajuda de uma bolsista de duas voluntárias em seis visitas ao Campus de Maracanã.

² O Campus Centro Histórico não ofertou cursos no período do recorte da pesquisa, o Campus Monte Castelo ofertou, mas, detectamos que houve impedimento para a conclusão do estágio.

³ A abordagem dos organismos internacionais sobre a temática é diferenciada da defendida por Kuenzer (20103), Frigotto (2005) e Saviani (2010).

⁴ Maiores informações consultar o site: www.oitbrasil.org.br/emprego.php

⁵ Dentre as Universidades públicas existentes em São Luís, a Estadual do Maranhão é a que se localiza mais próxima ao campus São Luís/Maracanã.

⁶ Teoria da desescolarização (ILLICH, 1973).

⁷ IBGE/PNAD, pesquisa que detectou o expressivo número de jovens em situação de vulnerabilidade no Brasil em 2003//2007/2010.

PROEJA E AS REPERCUSSÕES SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

⁸ Cidadania entendida como direito aos bens socialmente produzidos e direito de ir e vir.

⁹ Os responsáveis pela execução do programa, não possuem formação que dê conta da complexidade de sua proposta.